

# Epistemologia, História, Antropologia: Reflexões complementaristas (\*)

FREDERICO PEREIRA (\*\*)

Começemos por uma breve e não sistemática exploração do *campo semântico* do nome *Ciência* e do adjetivo *científico*.

«Ciência» — diz-nos o Dicionário de Língua Portuguesa de José Pedro Machado(1) é um «conjunto de conhecimentos que se possui sobre vários objectos e baseados em princípios tidos como certos. Conjunto de conhecimentos *coordenados* e relativos a um objecto determinado ou aos fenómenos de uma ordem ou classe. Total de conhecimentos humanos considerados no seu todo, segundo a sua natureza e progresso. Tudo o que se poderia reduzir a *regras e preceitos*. Habilidades científicas.»

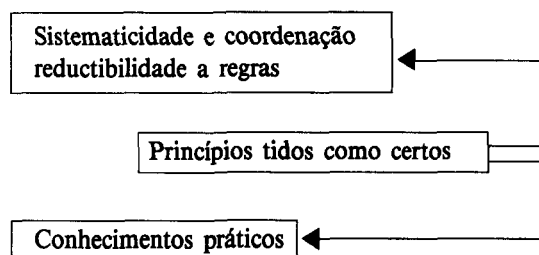
Quanto a *Científico*, diz-nos o mesmo Dicionário — «relativo ou pertencente à Ciência. Que mostra ciência, que tem o rigor da ciência».

Se passarmos para outro horizonte temporal, e consultarmos ainda o Dicionário Prosódico de Portugal e do Brasil(2), de 1877, encontramos esclarecimentos no essencial idênticos: *conjunto*

(\*) O texto que segue suportou uma intervenção num Colóquio de Homenagem ao Prof. Armando de Castro (1989). Não foi submetido a nenhum desenvolvimento posterior, mantendo-se portanto as marcas da oralidade que o caracterizam.

(\*\*) Professor Associado no ISPA.

de conhecimentos caracterizados pela sistematicidade, dotado de regras; conjunto de *práticas* elas próprias dotadas de regras; existência de princípios.



Dando agora um salto no tempo, vejamos também em que vizinhança viviam estas palavras na cultura que foi matriz originária daquela que é a nossa: a cultura grega.

A palavra *Ciência* é dada por *επιστημη*(3).

(1) José Pedro Machado (Coord.): «Dicionário de Língua Portuguesa», Sociedade de Língua Portuguesa, 1964.

(2) António José de Carvalho e João de Deus: «Dicionário Prosódico de Portugal e do Brasil», Pacheco & Barbosa e A.A. Lopes Couto, 1877.

(3) Cf. A. Bailly: «Dictionnaire Grec-Français», Paris, 1894, 16.<sup>a</sup> ed., revue par L. Sèchau e P. Chantraine, 1950, Hachette; 26.<sup>a</sup> ed., Hachette, 1963.

Επιστημη assinala vários sentidos:

1º — arte, habilidade.

No Philebo, Platão dá por *επιστημη* «habilidade para alguma coisa»;

2º — Mas *επιστημη* também designa conhecimento em geral, sabedoria, tal como se vê, por exemplo em Sófocles, *Antígona* (*παντ, επιστημης πλεως*)

3º — No entanto, Platão, na República opõe também *επιστημη* a *τεχνη*, a *εμπειρια* e a *δοξα*.

— oposição a *τεχνη*, porque *τεχνη* designa arte, indústria, babilidade manual — ainda que possa ter relações de vizinhança com a actividade espiritual: «habilidade nas obras do espírito», sobretudo no que respeita à adivinhação, ou arte da palavra e do raciocínio (*η περι τους λογους τεχνη*: Platão, Fedra).

Arte da palavra e do raciocínio, ou que se aproxima de Método. Virtude da Inteligência poética, ou produção secundada pela razão (Aristóteles, Et. Nicom. VI, 1140 a 7, ed. Vrin).

— oposição de *επιστημη* também a *εμπειρια*, experiência (em contraste com *Θεωρια*(4), com ciência pura) e, por extensão, sabedoria adquirida por experiência.

Experiência, conhecimento empírico, ela é o resultado de uma longa prática, da acumulação de observações incidindo sobre determinada matéria. «É esta qualidade que

(4) Note-se que *Θεωρια* designa também *acção de ver, de observar, examinar* e posteriormente a Platão, *meditação, contemplação do espírito, estudo*. (Cf. Bailly, 1984).

se costuma atribuir ao velho que muito viu e muito reteve». Liga-se à experiência e não à experimentação, embora não exclua radicalmente esta última(5).

*Εμπειρια* é usada para designar, por exemplo, os médicos empíricos, *εμπειριας ιατροι*, que usavam *técnicas boas mas sem fundamento* — por oposição a sabedoria sem nenhum fundamento empírico: a *απειρια*.

— oposição, finalmente, de *επιστημη* a *δοξα*, que designa juízo, opinião, ou mais largamente, doutrina ou ainda *princípio*: *κοιναι δοξαι*, princípios comuns, *αξιωματα*; *ιδιαι δοξαι*: princípios particulares. Também *sentimento comum*, daí a sua vizinhança com *υποληψις*. Opõe-se à verdade pura, *αληθεια*, como se opõe a conhecimentos adequadamente adquiridos, *γνωθις*, e conforma-se com o uso que lhe dá Aristoteles na Metafísica: opinião geralmente admitida.

Será ainda interessante assinalar que *αληθεια* designa Verdade por oposição a erro e a mentira e delimita um campo semântico no qual se enquadra *αληθης*, o não escondido, aquilo que pode ser visível, real e porventura de-monstrável, por via lógica ou empírica.

Esta breve incursão na vida de algumas palavras gregas complica singularmente o campo semântico que tínhamos derivado das palavras portuguesas.

(5) Cf. comentário de J. Tricot, Aristóteles, «Metaphysique», l. 931, ed. J. Vrin, 1981.

		Αληθεια	
	επιδημη		
Sabedoria em geral	γνωθις	τεχνη	εμπειρια
habilidade para qualquer coisa	Método		δοχα
habilidade técnica		técnica	saber fazer

Vê-se, decerto com demasiada superficialidade e rapidez, que a matriz geradora das nossas problemáticas actuais já se encontra no Pensamento Clássico, em cuja língua reconhecemos alguns dos problemas que nos preocupam: a verdade, a diferenciação Ciência-doutrina-opinião, o estatuto diferenciado entre saberes obtidos por vias adequadas e saberes construídos em bases puramente doutrinárias, a sensibilidade à natureza técnica (mas não tecnológica) do Método, e finalmente o reconhecimento da demarcação entre Saberes teóricos e Saberes aplicados, assim como entre saberes com suporte empírico e Saberes sem suporte empírico.

Mas desta multiplicidade de palavras, a nossa cultura reteve, no campo que nos ocupa, essencialmente duas: *Ciência* e *científico*, à qual acabou por acrescentar, com mudanças de sentido, a palavra *empírico*. Diga-se, de passagem, que empírico, classicamente, designava *um processo*, uma via de construção de conhecimentos, enquanto hoje designa sobretudo uma *qualidade* do conhecimento. O mesmo destino tiveram outras palavras.

Que *Ciência* se manteve durante séculos com um significado tranquilo, perto da *επιστημη* grega, ou da *Scientia* latina, é um facto conhecido: *saber organizado, coerente, sistemático, dotado de regras. Oposição principal: a doutrina*. Facto patente por exemplo na História da Medicina.

Mais interessante é a evolução do adjectivo *científico*.

Como assinala Benveniste(6), os adjectivos derivados do latim e terminados em *-ficus*, detêm uma função factitiva muito pronunciada.

À partida tais adjectivos não indicam uma qualidade, nem uma pertença, mas uma *acção*.

E assim se compreende que Boécio, no sec. VI, por exigências de tradução de Aristoteles, tenha criado dois neologismos: *Scientialis* — *que incide sobre a Ciência, que tem a qualidade*

---

(6) E. Benveniste: «Essais de Linguistique Generale», Gallimard.

*da Ciência, e Scientificus*. Ora *Scientificus* mantém, então, a função factitiva que lhe é própria e serve para verter o adjectivo *επιστημολογικός* que Aristoteles justapusera à palavra silogismo, para indicar um *silogismo que produz ciência*.

Como é evidente, esta natureza de *acção, direcção, movimento, força*, própria do adjectivo *Scientificus*, perdeu-se, mantendo-se apenas uma função descritiva ou um indicador de pertença.

Mas a História da palavra *Ciência* e do adjectivo *científico* está largamente por fazer, embora seja sem dúvida um contributo da máxima importância para a reflexão contemporânea sobre matérias epistemológicas.

De qualquer modo, o que sinteticamente acabei de assinalar serve para mostrar a diferença entre posicionamentos clássicos e actuais, e para, a partir das Origens, interrogar o Presente.

Presente que me parece feito de oposições bem mais pobres: *Ciência* opõe-se frequentemente a *Ideologia*, como *Verdadeiro* e *Falso*, embora Falso e Verdadeiro entrem também noutras composições; constante opõe-se a irregular; reprodutível a contingente, e, claro, objectivo a subjectivo. Palavras novas.

O discurso Científico já não é o que *produz* conhecimento, mas o que *produz verdades objectivas*, verdades onde se encontra mais do que tudo o perfil do Objecto e não as operações criadoras do Sujeito. Parece-me haver, em filigrana, uma insistência paradoxal na *passividade das operações científicas* e não na *actividade intersubjectiva que assinala a produção de Ciência*.

Entre a Época Clássica e a Actual parece haver uma curiosa inversão.

Fala-se agora da *adequação de coisas e do intelecto* — já diferente da clássica *adequatio rei et intellectu* — e nasce uma *meditação especializada destinada a estudar os discursos científicos*, e, na sua *perversão mundana*, a definir linhas de demarcação entre o científico e o não científico.

Ora se a *intenção mundana* de alguma



objecto real. Solução artificial que paradoxalmente acaba por introduzir artificialmente a estrutura da consciência no universo das coisas, num movimento em que sistematicamente confunde signos com referentes»(9).

4ª — 4ª solução: solução técnica. É verdade porque funciona. Fundamentação pragmática cuja insuficiência é evidente, mais que não fosse porque há verdades que «não funcionam», e «coisa que funcionam que não são verdade científica», como muito bem percebiam já os pensadores gregos.

Ora nenhuma destas soluções parece revelar-se operatória, e, sobretudo, ainda que servissem para mostrar como a Razão e a Experiência se associam, não serviriam para caracterizar a *natureza científica de um qualquer discurso ou prática*.

A elas seria necessário acrescentar a elucidação das malhas dos discursos científicos, o que, em Ciências Sociais e Humanas exigiria, como exigiu, a delimitação de zonas de ruptura, que, na sequência dos estudos de Bachelard sobre a Física, foram designadas pelo termo de *corte epistemológico*.

Infelizmente, querendo resolver um problema, parece-me que muitos autores caíram numa armadilha da qual se tem dificuldade em sair: é que a localização de uma *zona de corte* supõe a detenção preliminar e *externa* ao discurso que se examina de um *modelo* sobre a natureza do discurso pós-ruptura, o que envolve uma circularidade da qual é impossível sair ileso.

Acrescenta-se, a meu ver, outro contrasenso: na sequência da identificação de diversos *cortes epistemológicos* em diversos ramos disciplinares, desponta a tentação irresistível de elaborar uma *teoria geral dos discursos post-corte epistemológico*.

À dificuldade sobre as zonas de corte, acrescentou-se a dificuldade quanto aos processos de generalização.

---

(9) L. Althusser: «Lire Le Capital», Paris, François Maspero.

Dificuldades quanto à zona de corte: no alienismo, há ruptura com a libertação dos loucos e criação da asilo moderno, com a elaboração de uma classificação racional, ou com a construção de uma teoria da subjectividade?

Nos estudos da linguagem há ruptura com a elaboração de uma teoria do Signo, ou com a compreensão da língua por via da ordenação sistemática das partes, ou com a identificação de dispositivos geradores da criatividade do locutor?

Na teoria psicanalítica é a deferenciação tópica ou o abandono da Teoria da sedução que funcionam como operadores de clivagem?

Em Marx, é o abandono de uma explicação pela Razão ou pela consciência, ou a elaboração de uma teoria do lucro e da acumulação que constituem factores de corte?

Etc., Etc..

Poder-se-ia dizer que nesta matéria de cortes, há para todos os gostos e sensibilidades...

Mas iguais dificuldades se levantam aos *processos de generalização*, podendo talvez dizer-se que não há nenhum enunciado geral que se possa fazer acerca das Ciências Sociais e Humanas.

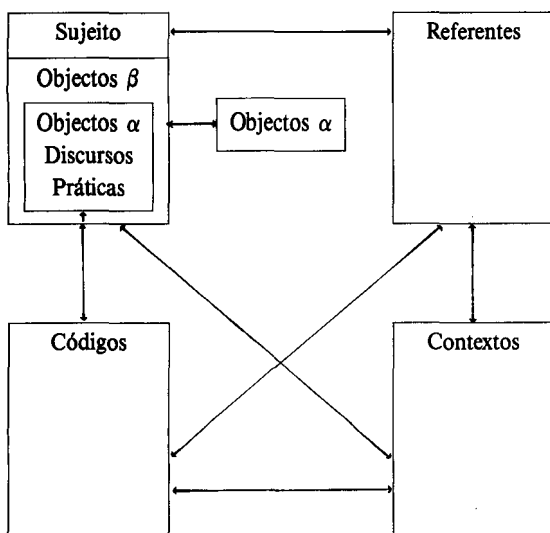
*Tempos houve, por exemplo, em que parecia generalizável o princípio de que o Método de exposição é o inverso do Método de investigação. O Discurso teria regras que colocariam no seu início aquilo que a acção de pesquisa construía no fim. Talvez isso seja verdade para Marx, a propósito de cuja obra aquele enunciado foi feito. É certo que sem as partes iniciais relativas ao valor de uso, valor de troca, duplo carácter do trabalho, forma do valor, troca, nada mais seria inteligível n'O Capital, tal como é certo que tais análises coram um longo processo de investigação.*

*Mas como aplicar isso à Interpretação dos Sonhos? Ou ao Curso de Linguística Geral? E assim sucessivamente...*

À tendência para a preocupação excessiva com as zonas de ruptura epistemológica, e com o objectivo utópico de elaboração de uma Epistemologia Geral, julgo haver razões para opôr o *princípio de parcialidade*, e a estratégia que consiste em pesquisar as *formas regionais da inteligibilidade*, os *operadores regionais de inteligibilidade*, e, quando caso disso, os *operadores regionais de difusão e aplicabilidade*.

Uma *teoria das inteligibilidades parciais* parece-me ter diversas características.

A primeira, banal, é a de que os objectos científicos não são *dados, mas produtos*. Verdade banal, como disse, mas de que é necessário tirar as respectivas consequências: *se os objectos científicos são produtos, então neles está presente a lógica da sua construção pelo Sujeito*, tal como o trabalho está presente na mercadoria que produz. Tal visão altera a esquematização clássica Sujeito — Objecto, e cria uma outra esquematização compreensiva:



Esta esquematização pretende anular a diferenciação sujeito — Objecto, declarando que todo o Sujeito de Ciência está já dotado de Objectos científicos e práticas correntes, e que, em interacção com os códigos disponíveis e os contextos sociais nos quais as operações científicas se realizam, transforma uma coisa,

um referente, num objecto  $\beta$ , que é transformado num objecto científico (objecto  $\alpha$ ) incluindo depois na organização discursiva mais geral onde funciona como novo operador de inteligibilidade de novos referentes-objectos  $\beta$ (10).

Mas uma *teoria da inteligibilidade parcial* não só reformula as relações sujeito-objecto, mas ainda afirma que na maior parte dos casos os «referentes» em Ciências Sociais e Humanas aparecem gestaltizados em *primeiro lugar no próprio tecido social*, de acordo com regras que, não tendo nada a ver com Ciência, vão depôr marcas mais ou menos importantes na própria elaboração científica.

É no tecido social que em primeiro lugar surgem como «problema» o sexo, o louco, o primitivo, o estável, o instável, a mudança, etc...(11)

Esses constructos sociais são secundariamente codificados em discursos sábios por meio *dos sistemas de codificação disponíveis* e com *operadores de inteligibilidade* que são compatíveis com esses sistemas.

E, finalmente, as produções discursivas *são validadas pelo contexto social e institucional* no qual ocorrem.

É no estudo das oposições geradoras da significação num tecido social que a Antropologia é uma parte integrante de uma teoria de inteligibilidade; é na análise dos sistemas de codificação e dos operadores de inteligibilidade que a Epistemologia clássica tem um papel dominante, e é no estudo dos contextos de validação e do impacto da produção científica sobre a Sociedade que a Sociologia, ou de novo a Antropologia, são particularmente relevantes.

Resta acrescentar que estas várias dimensões têm uma História e essa História, em Ciências Sociais e Humanas, é essencial. Não por uma

(10) A referência ao psicanalista britânico Bion, num contexto outro, é evidente.

(11) Cf. em particular M. Foucault: «L'Archéologie du Savoir», Paris, Gallimard.

determinação derivada de um qualquer modelo de conservação mundana, mas porque entendo que os objectos das Ciências Sociais e Humanas são a série das aparições sucessivas que os manifestam(12).

O seu Ser não é obtido por uma decisão externalista que os constitui na orla do corte epistemológico, nem por redução fenomenológica da variável; multiformes e não redutíveis, eles encontram-se na *pluridade do seu existir*.

*A uma Epistemologia em última instância valorativa, opõe-se assim uma história das construções científicas, deixando aos cientistas o cuidado de discutir, se para isso tiverem tempo, o grau de maior ou menor cientificidade das respectivas disciplinas.*

Esta óptica, que convoca a Antropologia, a Epistemologia e a História, devo acrescentar, é *não-transdisciplinar, e não-interdisciplinar*. Ela é apenas *complementarista*(13), na medida em que diversas tácticas disciplinares convergem para *diversos momentos* do processo de inteligibilidade da construção científica. A uma

---

(12) Cf. J.P. Sartre: «L'Être et le Néant», Paris, Gallimard.

(13) Cf. ainda e sempre G. Devereux: «Ethnopsychanalyse Complémentariste», Paris, Flammarion.

justaposição de processos de inteligibilidade destinados a construir objectos híbridos (espelhados na obsessão do hífen), opõe-se uma ordenação sucessiva do questionamento dirigido a objectos que mais não são do que manifestações da transformação de um objecto em sub-objectos devidamente problematizados.

Sem uma óptica valorativa, insistindo na *dimensão de processo* de produção presente em todos os saberes (*scientificu-* é o que produz ciência), poderemos afirmar que um projecto Antropológico está mais perto, sem dúvida, das ideias clássicas do que dos mais modernos empirismos, positivismos e neo-positivismos.

Evidentemente, nada disto fica claro sem uma *teoria de níveis de inteligibilidade*, e uma mais elaborada compreensão da *complementaridade*.

Para isso não há tempo. Termino citando Poincaré:

«Se um fenómeno admite uma explicação, admitirá também um certo número de outras explicações».

Não ignorando o contexto em que Poincaré fez esta afirmação, ela chama precisamente a atenção para a urgência de uma teoria dos níveis de inteligibilidade, mas sobretudo para uma verdade em que todos nós, em Ciências Sociais e Humanas, sem cair em sopas ecléticas, teríamos toda a vantagem em meditar.